

V ENECULT

QUINTO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
27 a 29 de maio de 2009
Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

CULTURA E ETNICIDADE NO GUIA TURÍSTICO DA BAHIA (2008-2009)

Natalia Coimbra de Sá¹

RESUMO. O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão a respeito da abordagem da cultura baiana no texto do Guia Turístico da Bahia 2008/2009 publicado com o apoio da Bahiatursa, órgão oficial de turismo do Estado. Para isso, será feita inicialmente uma breve apresentação de algumas questões que perpassam as discussões contemporâneas sobre os estudos da cultura. Em seguida, serão discutidos alguns discursos presentes no texto em análise que demonstram a essencialização e naturalização de aspectos étnicos e raciais que vem se perpetuando no discurso do Estado brasileiro e baiano, assim como no senso comum, há vários séculos.

Palavras-chave: Cultura; Etnicidade; Raça; Turismo; Bahia.

O estudo da cultura e a importância das discussões sobre identidade, etnia e raça

Os guias turísticos utilizam com frequência, em seus repertórios, a narrativa histórica. Esse recurso textual é fundamental para despertar o interesse dos turistas para a importância histórica, social e cultural de alguns elementos que devem ser vistos com prioridade durante a visita. Por isso, fatos históricos são normalmente considerados atestados de importância de certos elementos culturais.

A eleição dos elementos a serem apresentados e a forma como são narrados (no caso dos guias, a partir de certa versão da história legitimada) não são feitas de forma ingênua nem aleatória, e sim, intencional. E esses elementos são escolhidos de acordo com o momento presente. No decorrer dos anos, elementos que eram desprezados podem passar a ser valorizados, de acordo com a mensagem que se busca transmitir. No caso da promoção turística baiana, essa escolha foi feita há várias décadas, desde o final dos anos 60 e início dos anos 70: transmitir uma ideia de baianidade, que fortaleça o turismo cultural no Estado, posicionando-o como um dos principais destinos do Brasil.

A intenção aqui não é discutir as limitações e complexidades presentes na construção da noção de baianidade² e sim analisar no texto do guia um dos elementos

¹ Doutoranda em Cultura e Sociedade pela Faculdade de Comunicação – FCOM/UFBA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Espetáculos Culturais e Sociedade – ECuS. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. E-mail: natalia.coimbra@gmail.com

específicos que o discurso turístico utiliza com frequência: a mestiçagem étnica, cultural e racial presente na Bahia, que seria um exemplo máximo para o Brasil de tudo de rico e positivo que isso representa.

A discussão em pauta mostra-se interessante por articular noções fundamentais em torno das quais os debates contemporâneos estão pautados, no campo da cultura, das comunicações e do turismo, como é o caso das representações de identidade, raça, etnicidade, gênero e o poder dos estereótipos. No entanto, as complexidades são muitas e as divergências quanto às teorias a serem aplicadas também.

Não acredito que, por enquanto, tenhamos uma teoria sobre a articulação de raça, classe e gênero e sobre as formas pelas quais estas articulações possam operar de maneira geral. Os termos frequentemente surgem como ladainha, para demonstrar correção política, mas isso não significa necessariamente que as formas de análise que derivam são realmente moldadas por uma compreensão do funcionamento de cada eixo de poder em relação aos outros. De fato, é extremamente difícil realizar tal tarefa porque o nível de análise é, necessariamente, extremamente complexo, com muitas variáveis envolvidas simultaneamente. Portanto, os estudos de caso, históricos e contemporâneos, que rastreiam as maneiras contraditórias pelas quais essas articulações ocorrem, tanto em momentos historicamente específicos quanto ao longo do tempo, parecem-me da maior importância (HALL, C. *apud* JAMESON, 1994, p. 27).

A importância dessa análise tão pontual e particular não busca apresentar nenhum tipo de generalização, por isso a escolha pelo projeto dos Estudos Culturais, que não podem ser considerados como uma disciplina, pois têm fundamentalmente um caráter transdisciplinar³, e sempre se interessaram por essas questões aparentemente “menores” que ficam às margens dos campos disciplinares tradicionais.

Para Nelson; Treicher e Grossberg (1995) não é a interdisciplinaridade que faz a diferença nos Estudos Culturais, pois isso também acontece, cada vez mais, em disciplinas tradicionais. O que é importante é a proposta de modular um determinado objeto para analisar suas várias dimensões e articulações uma vez que as disciplinas tradicionalmente analisam apenas uma dimensão do objeto. Os Estudos Culturais buscam analisar o contexto e as relações de poder a partir de vários territórios disciplinares.

² Para algumas discussões a esse respeito ver Elisete Zanlorenzi (1998), Osmundo Pinho (1998), Roque Pinto (2001) e Natalia Coimbra de Sá (2006).

³ Segundo Nelson; Treicher e Grossberg (1995), as disciplinas assinalam seus territórios e marcam sua diferença reivindicando um domínio particular de objetos, desenvolvendo um conjunto singular de práticas metodológicas, seguindo uma tradição fundadora e utilizando um léxico particular. Não é o caso dos Estudos Culturais, que se aproveitam de quaisquer campos que forem necessários para produzir o conhecimento exigido por um projeto particular e podem ser considerados, mais do que interdisciplinares, antidisciplinares.

As reações a respeito das representações culturais ou estereótipos podem ser positivas ou negativas de acordo com a posição do sujeito que as emitem, no entanto, elas irão existir independentemente de forma que assumirem, e tentar exorcizá-las ou celebrá-las apenas desvia a atenção de algo fundamental: as formas como são construídas as representações e como atuam para gerar tantas opiniões divergentes. E principalmente: quem tem o poder de construí-las?

A dificuldade em fazer qualquer tipo de análise a respeito de cultura é que provavelmente o único consenso a que será possível chegar nessa tentativa é que a noção ou idéia de cultura é uma das mais complexas para os seres humanos. A cultura, como explica Jameson:

[...] não é em si uma “substância” ou fenômeno, é uma miragem objetiva que surge do relacionamento entre pelo menos dois grupos. Isto significa que nenhum grupo “possui” uma cultura sozinho: a cultura é o nimbo percebido por um grupo quando entra em contato com e observa outro grupo. É a objetificação de tudo que é alheio e estranho no grupo contatado. [...] uma “cultura” é o conjunto de estigmas que um grupo carrega aos olhos do outro grupo (e vice-versa) (JAMESON, 1994, p. 29).

Eagleton (2005) destaca que com o idealismo alemão há um deslocamento do que é “cultura” passando de caracterizar o que é especificidade de um povo, para a especificidade de outros povos. Ou seja, passa-se a pensar que quem tem cultura é o outro. A questão que sempre ressurgue é que a Europa (os colonizadores) não tem cultura, pois se trata de uma civilização, aquilo que representaria o Universal. Quem tem cultura são os colonizados, que por não terem nenhum outro tipo de riqueza (material), têm a riqueza cultural, representando o exótico, pois está fora da civilização, configurando, assim, uma forma de dominação simbólica muito comum até hoje.

Essas questões se referem a qualquer tipo de contato entre grupos e indivíduos em qualquer tipo de extensão ou abrangência, mas estão particularmente muito presentes nos contatos entre grupos de raças, etnias e nações diferentes. Isso porque:

[...] o grupo enquanto tal é necessariamente uma entidade uma entidade imaginária, no sentido de que nenhuma mente individual é capaz de intuí-lo concretamente. O grupo deve ser abstraído, ou fantasiado, com base em contatos e experiências individuais discretos que não podem nunca ser generalizados, a não ser de modo abusivo. As relações entre grupos são sempre estereotípicas na medida em que devem sempre envolver abstrações

coletivas do outro grupo, não importa quão saneadas, nem quão liberalmente censuradas e imbuídas de respeito. O que é politicamente correto fazer em tais circunstâncias é permitir que o outro grupo elabore ele mesmo sua própria imagem preferencial, e então trabalhar com esse estereótipo doravante “oficial” (JAMESON, 1994, p. 31).

Apesar de reconhecer a inevitabilidade da existência dos estereótipos, o que preocupa é que, ao pensar que o grupo deve elaborar sua própria representação, deve-se também refletir a respeito da forma que esse grupo a elabora e quem são as pessoas dentro do grupo que tiveram o poder de determinar o estereótipo “oficial”. E, principalmente, a que custo e com que critérios de seleção do que merece ou não entrar na representação “oficial”.

Aquele que tem o poder de representar porque conhece o outro, o faz para dominá-lo, para se apoderar e estabelecer limites. E isso nem sempre é feito apenas pelo estrangeiro. As elites econômicas, políticas ou sociais nacionais (muitas vezes aliadas a interesses transnacionais) é que demonstram maior interesse no processo de redução da realidade cultural, buscando construir essencialismos para alimentar seus interesses e manter seu saber e poder.

Conforme já analisado anteriormente (SÁ, 2008) as discussões a respeito dessas categorias estão dadas, não apenas no meio acadêmico, mas também no senso comum. De uma forma ou de outra, elas fazem parte das narrativas de mundo e realidade das pessoas. Não se pode negar a existência de conceitos como nação, raça, etnia. Eles já foram elaborados e re-elaborados por diversas vozes autorizadas, por pessoas de diversos setores sociais, econômicos e políticos, que vão desde a mídia, sociologia e ciência política, até a biologia, passando pela geografia, entre outros, e com uma série de significações diferentes. Negá-los não é uma opção viável, mas sim, refletir a seu respeito e analisar a forma como são construídos e suas conseqüências, e optar por utilizar alguns deles sob rasura. Diversos autores⁴, principalmente a partir do século XIX, têm se preocupado com esses conceitos que muitas vezes se confundem.

De fato, existe hoje uma confusão persistente entre raça e etnia, assim como entre nação e etnicidade. Os estudiosos contemporâneos das ciências sociais não tomam mais a raça como um fator explicativo do social, como faziam aqueles do século XIX. No entanto, o termo raça não desapareceu de seus vocabulários. Não seria então a raça

⁴ POUTIGNAT & STREIFF-FENART (1998) citam como exemplos as discussões de Vacher de Lapouge (1896), Renan (1887) e Weber [1921] (1971).

um “signo de papel” como problematiza Banton (1971 *apud* POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 41)? Não é mais a raça em si que constitui um objeto de investigação, mas sim as *relações raciais*. Mas isso acaba por representar, da mesma forma como o era antes, uma naturalização das características físicas sob a forma de atributos que têm, por natureza, a propriedade de fundar tipos particulares de relações sociais. Muitos autores contemporâneos se preocupam com a questão da construção da nacionalidade e sua relação com a etnicidade⁵.

A opção por fazer a presente análise através da proposta dos Estudos Culturais se justifica por sua abordagem diferenciada diante da necessidade de acessar esses conceitos. Há uma preocupação com a determinação e utilização de categorias flutuantes como verdades absolutas e a relativização das definições *a posteriori* para evitar universalismos e essencialismos, trabalhando-as a partir dos significados que se mostram em experiências cotidianas específicas, através do contato entre aquilo que é abstrato e o que é percebido como real pelos grupos que produzem as representações. O que interessa não é o poder como uma entidade abstrata e intocável, e sim as relações de poder que afetam nossas vivências e nelas se manifestam de formas concretas. Isso é particularmente verdade quando o objeto de estudo em questão são as identidades. Para Sovik, “a identidade é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada” (SOVIK, 2003, p. 15).

Essa reflexão é fundamental, pois é comum ler ou ouvir propagandas que tentam convencer os turistas potenciais de visitar as maiores riquezas da civilização na Europa, ou a capital do mundo, nos Estados Unidos. Ou então, a exótica cultura de povos sul-americanos, africanos ou asiáticos. O que se percebe é uma clara hierarquização cultural, baseada especificamente em questões étnicas e raciais, uma estratégia de manutenção do poder. Nesse ponto apresentam-se dois problemas fundamentais: a transformação do identitário, do cultural, em algo absoluto; e o lugar de fala de quem tem o poder de fixar as identidades.

“Nem preto, nem branco, muito pelo contrário”⁶: o discurso do turismo

⁵ POUTIGNAT & STREIFF-FENART (1998) citam como exemplos as discussões de Hobsbawm (1992), Connor (1978, 1993), Gellner (1991), Todorov (1989), Balibar (1988), Armstrong (1982) e A.D. Smith (1986, 1992).

⁶ Título baseado no artigo Lília Schawrcz “Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade” (1998).

O papel de um guia turístico, não é simplesmente elencar locais a serem visitados e seria ingenuidade pensar dessa forma. Mais importante que descrever paisagens, o objetivo de um guia é “vender” ao turista uma idéia do local que irá ou está sendo visitado. É aí onde se procura iniciar a experiência. E isso é ainda mais verdadeiro se, ao invés de descrever paisagens naturais está se falando sobre aspectos intangíveis como a cultura. Não é possível fazer uma descrição neutra do que vem a ser “a cultura” de uma cidade, sua gente, seus sons, seus gostos, seus cheiros, etc. E principalmente no caso de um guia turístico imbuído de certa aura “oficial”, pois está sendo apoiado pela Bahiatursa, empresa responsável pelo *marketing* do Estado.

Dessa forma, a partir de uma análise histórica das estratégias do Estado para construir a “Marca Bahia”⁷ percebe-se que o discurso apresentado no Guia Turístico da Bahia 2008/2009 é uma tentativa de refletir essa posição ideológica.

A busca pela construção de uma imagem das cidades é um campo bastante especializado, conhecido como *city marketing*, e normalmente tem como finalidade buscar um melhor posicionamento nos rankings de atração de novos negócios ou promoção turística. Para Guerreiro (2005) a imagem turística é uma das formas de construir, representar e tornar visível a cidade que, no contexto da cultura de consumo, torna-se mercadoria ou produto no competitivo mercado global.

Isso porque o turismo é uma atividade econômica que movimenta não apenas recursos financeiros, mas pessoas, e proporciona alguns benefícios indiscutíveis tanto para os indivíduos que viajam em busca de lazer, como para as comunidades receptoras. Maffesoli (1995) destaca que não existe produto sem uma imagem que o torne conhecido, permitindo difundi-lo ou vendê-lo, pois nada escapa a essa colocação em forma, seja no aspecto literário, religioso ou cultural. O mesmo acontece com as cidades, regiões ou países que, dessa maneira são ilustrados e que, pela sua marca, *slogan* ou outro tipo de *design* interpostos pretendem oferecer de si mesmos uma

⁷ Ver Natalia Coimbra de Sá (2007) para uma análise da forma como a cultura é utilizada para a construção e promoção do produto turístico baiano e o papel que as festas populares religiosas desempenham neste processo. A análise é feita através do estudo de dois documentos oficiais do ex-órgão oficial de cultura e turismo do Estado – Secretaria da Cultura e Turismo/SCT (1995-2006) – publicados em 2005, sendo um dedicado às políticas públicas culturais e o outro dedicado às políticas públicas turísticas. A Bahiatursa, através de suas estratégias de marketing é peça fundamental nessa dinâmica de promoção da Bahia como um destino cultural único no Brasil desde sua criação em 1968 e com mais força a partir dos anos 80. Apesar da alteração do cenário político a partir de 2006, que levou à separação das pastas de Cultura e Turismo na administração pública em duas Secretarias distintas, parece que muito do planejamento turístico ainda segue no mesmo caminho. No presente guia em análise, uma mensagem do atual Secretário do Turismo, Domingos Leonelli afirma: “Além da herança positiva da cultura técnica e do fato, dela decorrente, da Bahia ter-se constituído em referência nacional no turismo brasileiro, recebemos também um orçamento definido no governo anterior, *um planejamento estratégico definido desde 2002*, alguns projetos em andamento, um conjunto de equipamentos físicos administrados pela Bahiatursa e uma série de problemas – estruturais e administrativos – que, nos últimos anos, agravaram-se” (GUIA TURÍSTICO DA BAHIA, 2008, p. 2, grifo nosso).

imagem que deixa marcas e que favorece sua dinamização externa e sua animação interna.

A construção de uma imagem para uma localidade turística é fundamental para que aquele local tenha um apelo que atraia os turistas. O mercado é altamente competitivo e os planejadores sabem que precisam chamar a atenção do seu consumidor em potencial através uma imagem que o seduza, que o faça desejar ir para aquele lugar especificamente, apesar de todas as outras opções existentes no planeta.

Não há problema em trabalhar essa imagem da cidade no plano simbólico, em apelar para aspectos culturais, assim como para as belas paisagens. No entanto, a questão principal é de que forma essa imagem é construída e por quem. E uma saída muito comum utilizada para esse tipo de propaganda é a essencialização da cultura, a naturalização, a busca por atenuar ou mesmo eliminar conflitos, simplificar as complexidades e reafirmar estereótipos cristalizados, em uma lógica que reproduz as dinâmicas tradicionais de poder.

Um dos discursos mais comuns utilizados na propaganda turística brasileira, em geral, é a exaltação do mito da democracia racial e os aspectos positivos da mestiçagem. No caso baiano, em particular, a democracia racial e a mestiçagem, principalmente com a cultura negra, é a principal estratégia para posicionar o Estado como um destino cultural e étnico privilegiado.

Uma estratégia que poderia ser altamente positiva, no entanto, acaba por ser enfraquecida, pois há uma clara simplificação dos aspectos relacionados à cultura de origem africana, ao subordiná-la à cultura branca e europeia que sempre foi dominante, ao relacionar os aspectos da cultura negra ao “tempero” exótico da cultura local. A herança portuguesa na arquitetura, nos museus, na arte barroca, faria parte da “civilização” trazida pelos portugueses (referência à alta cultura) enquanto a ginga, a malandragem, a capoeira, a dança, os temperos, o sincretismo (referência à cultura popular) seriam a herança dos povos que vieram escravizados. Nesse esquema percebe-se facilmente como é reproduzida a lógica de dominação através do simbólico, uma vez que as várias culturas não são colocadas no mesmo plano hierárquico, e sim reproduzem a lógica do discurso colonizador.

Munanga (1996) explica de forma clara porque mesmo com todas as discussões a respeito da discriminação que está por trás do mito da democracia social, continua-se a repetir tal discurso no Brasil, retirando dele a luta pelos direitos de igualdade étnica e racial, fazendo de conta que não foi (e em muitos casos, continua sendo) a desculpa

perfeita para manutenção do racismo, um racismo disfarçado, ou como ele diz o “racismo institucionalizado” que pode ser transformado em arma ideológica para legitimar e justificar a exterminação, exploração e exclusão de importantes segmentos da sociedade:

Estamos num país onde certas coisas graves e importantes se praticam sem discurso, em silêncio, para não chamar atenção e não desencadear um processo de conscientização, ao contrário do que aconteceu nos países de racismo aberto. O silêncio, o implícito, a sutileza, o velado, o paternalismo, são alguns aspectos dessa ideologia. O racismo brasileiro na sua estratégia age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz; é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos. Essa ideologia é difundida no tecido social como um todo e influencia o comportamento de todos – de todas as camadas sociais, e até mesmo as próprias vítimas da discriminação racial. Discutir a questão da pluralidade étnica, e em especial da sua representação nas instituições públicas e nas demais instituições do país, ainda é visto como um tabu na cabeça de muitas pessoas, pois é contraditória à idéia de que somos um país da democracia racial (MUNANGA, 1996, p. 215)

O primeiro texto do guia⁸ traz como título “Negra Bahia” e pode ser observado como o mito da democracia racial está presente nesse tipo de discurso turístico, principalmente agora que o Estado está investindo no chamado turismo étnico, a idéia a ser passada é de inexistência de conflitos, de harmonia. Apesar de aparecerem no texto expressões como resistência e luta, esses termos ficam esvaziados de sua importância, quando a ênfase é dada à alegria e religiosidade do povo.

Negra e linda. Assim é a terra que reúne o maior número de negros fora da África. Bahia. Lugar sagrado, protegido por divindades cristãs e africanas, santos e orixás, num sincretismo único, símbolo da resistência de negros que foram trazidos para fazer girar a máquina escravista. Mas acabaram fazendo muito mais do que isso. Espalharam por todos os cantos a sua luta de fé, seus sorrisos largos e fáceis e formaram o povo mais alegre do mundo. Criaram uma identidade afro-baiana singular e inconfundível.

Durante os 365 dias do ano, os visitantes terão sempre algo surpreendente para conhecer neste que é o berço do turismo étnico no mundo. Aqui várias culturas africanas se misturaram, com brancos e índios, e formaram uma cultura sincretizada, negra e marcante. Não é à toa que Salvador, capital da Bahia, também é a capital negra do Brasil, conhecida como Roma Negra.

Você pode viver tudo isso. Viver a Bahia, sua história e sua gente é um incrível roteiro de diversidade. Da Festa de São Bartolomeu, na cidade de Maragogipe, à

⁸ Esse trecho está assinado como www.bahia.com.br / Governo da Bahia. Secretaria do Turismo. Bahiatursa. Viver Bahia!

Festa da Boa Morte, em Cachoeira. Da igreja do Rosário dos Pretos, no Pelourinho, aos terreiros de Candomblé. Dos remanescentes do Islã aos vibrantes cultos evangélicos. *Fé e festa misturam todas as raças e religiões na Bahia* (GUIA TURÍSTICO DA BAHIA, 2008, p. 1, grifo nosso).

Nesse mesmo trecho aparece a força da idéia de mestiçagem que, como afirma Munanga (1996) é uma das peças ideológicas fundamentais do mito da democracia racial brasileira que é considerada do ponto de vista populacional não um problema, mas um fato. Isso porque a própria invenção do Brasil, como projeto de nação e de povo foi baseada no tripé constituído a partir de três raízes: índia, negra e branca; e no ponto de junção delas se situa a mestiçagem, tanto biológica quanto cultural a partir da qual foi pensada a construção de uma identidade nacional, da nação e de um povo que é diferente dos estoques étnicos e culturais originais.

Um *slogan* publicitário que ficou bastante conhecido por ser utilizado pelos órgãos de turismo do Estado é “Bahia, o Brasil nasceu aqui”. Esse slogan foi utilizado para remeter não apenas à idéia de “nascimento físico” (normalmente associado à chegada dos portugueses e por isso bastante utilizado à época de comemoração dos 500 anos do descobrimento), mas de nascimento cultural, de existência dessas raízes múltiplas (principalmente étnicas e culturais). A Bahia seria o local, por excelência, das primeiras miscigenações étnicas e do surgimento da “autêntica” cultura brasileira (SÁ, 2006, p. 6).

Esse posicionamento fica bem claro nos inúmeros trechos destacando a mistura cultural baiana, como por exemplo, no capítulo que trata do “Patrimônio Imaterial” que é iniciado com a seção intitulada “Cultura”:

Culinária, artesanato, manifestações populares e religiosas, arquitetura e memória, porém, tratando-se de Salvador, o conceito de cultura, compreende um universo de riquezas, do qual o maior tesouro é mesmo o seu povo. *A mistura de credos, lendas, cores e raças, resultado da comunhão entre o indígena, o europeu e o africano, foi incorporado por Salvador, através das suas manifestações culturais* (GUIA TURÍSTICO DA BAHIA, 2008, p. 26, grifo nosso).

E prossegue, ainda tratando da harmonia da miscigenação, na seção seguinte, denominada “Gente”:

Índios, portugueses e africanos formaram as três raízes da árvore genealógica do nosso povo. Todo baiano verdadeiramente autêntico tem essas origens e se

orgulha desse patrimônio genético e cultural, harmoniosamente combinado para gerar um povo alegre, feliz e hospitaleiro. Sendo, desde seus primeiros momentos, uma cidade internacional, Salvador nasceu cosmopolita, recebendo gente dos mais diferentes lugares do mundo, que vieram cuidar de negócios e que se apaixonaram pela terra, decidindo ficar no lugar que sempre soube acolher com fraternidade e incentivo seus imigrantes. O grande número de escravos vindos da África fez de Salvador a cidade com maior população descendente de negros do país, e que se manifesta com uma vibrante riqueza cultural de origem africana na cidade. Nas tradições e nos costumes, o povo de Salvador apresenta uma diversidade étnica e cultural única, que impressiona pela convivência democrática e imparcial hoje rara no mundo (GUIA TURÍSTICO DA BAHIA, 2008, p. 30, grifo nosso).

As seções que trazem um “histórico” da influência das culturas africanas trazidas pelos negros que eram escravizados consistem em uma série de citações não identificadas corretamente ou mesmo sem fonte. A primeira seção com essas características é denominada “O início” cujas referências bibliográficas aparecem incompletas. Na seção “Os Orixás no Novo Mundo: Tráfico de Escravos” não aparece nenhum tipo de referência bibliográfica, apenas citações entre aspas.

“A presença dessas religiões africanas no Novo Mundo, é uma consequência imprevista do tráfico de escravos (...)”.

“(...) Os Navios Negreiros transportavam através do Atlântico, durante mais de trezentos e cinquenta anos, não apenas o contingente de cativos destinados aos trabalhos de mineração, dos canaviais, das plantações de fumo localizadas no Novo Mundo, como também a sua personalidade, a sua maneira de ser e de se comportar, as suas crenças.

As convicções religiosas dos escravos eram entretanto colocadas a duras provas quando de sua chegada ao Novo Mundo, onde eram batizados obrigatoriamente ‘para a salvação de sua alma’ e deveriam curva-se às doutrinas religiosas de seus mestres (...)” (GUIA TURÍSTICO DA BAHIA, 2008, p. 35).

O mesmo é observado na seção “Sincretismo”:

“(...) Quando precisavam justificar o sentido dos seus cantos, os escravos declaravam que louvavam, nas suas línguas, os santos do paraíso. Na verdade, o que eles pediam era ajuda e proteção aos seus próprios deuses”.

“(...) É difícil precisar o momento exato em que esse sincretismo (...) se estabeleceu. Parece ter-se baseado, de maneira geral, sobre detalhes das

estampas religiosas que poderiam lembrar certas características dos Deuses Africanos”. [...]

“(...) Nina Rodrigues escrevia, então: ‘Aqui na Bahia, como em todas as missões de catequese dos negros africanos, sejam elas católicas, protestantes ou maometanas, longe de o negro converter-se ao catolicismo, protestantismo ou ao islamismo, acontece, ao contrário influenciá-los com seu “fetichismo” e adaptá-los ao animismo do negro’. Basta, para compreender o fenômeno, assistir aos serviços divinos nos templos protestantes do Harlem, em Nova York, ou mesmo na África, os cultos de numerosas seitas mais ou menos sincréticas, como a dos querubins e serafins, onde os fiéis são visitados e possuídos, violentamente algumas vezes, pelo Espírito Santo” (GUIA TURÍSTICO DA BAHIA, 2008, p. 35).

Além de apresentar teorias higienistas, sem comentá-las, sem contextualizá-las, sem questioná-las, sem refutá-las, sem mostrar o quanto foram prejudiciais aos negros no momento histórico em que foram defendidas como verdades absolutas e utilizadas como justificativa científica para a discriminação de uma grande parcela da população – e isso em um guia turístico que deveria estar valorizando a cultura negra – o texto reafirma explicitamente o racismo e a discriminação étnica e religiosa.

Praticamente em nenhuma passagem do texto é destacada a importância dos movimentos de resistência negra, de sua recusa da assimilação. Ao contrário, há uma simplificação dessas estratégias quando o “sincretismo” é apresentado simplesmente como uma saída pacífica, cordial e que resultou como algo positivo para a manutenção da cultura africana na Bahia, quase como um acordo informal entre os senhores e seus escravos. No momento atual, sabe-se que o discurso não pode continuar a repetir um mito enganoso como o da democracia racial. Aceitar esse mito significa negar a legitimação às lutas negras, fundamentais para o seu empoderamento, para que sejam efetivamente considerados iguais aos brancos. Como diz Munanga (1986):

O negro foi reduzido, humilhado e desumanizado, desde o início, em todos os cantos onde houve confronto de culturas, numa relação de forças (escravidão X colonização), no continente africano e nas Américas, nos campos e nas cidades, nas plantações e nas metrópoles. Essa redução visava a sua alienação, a fim de dominá-lo e explorá-lo com maior eficácia. No entanto, nem todas as populações negras foram totalmente alienadas. [...] felizmente, continuaram a praticar uma espécie de resistência passiva, funcionando como um bastião, no qual o patrimônio cultural, legado dos ancestrais, continuou a ser transmitido de geração a geração. O povo

guardou sua língua, suas artes, maquis que o protegiam das tentações alienantes. [...] A situação do negro reclama uma ruptura e não um compromisso (MUNANGA, 1986, p. 33).

O capítulo “Gastronomia: céu, sol e dendê” é o único que está assinado de fato pela autora, nesse caso, Helo Sampaio. Alguns trechos que merecem destaque:

[...] Sinta o contorno, a suavidade, a topografia sensual, a exuberância da cidade do São Salvador. Preste atenção, meu bonito, que você está sobrevoando a parte baixa da cidade. Vê o Mercado Modelo? Ouve o toque do berimbau, a ginga do malandro, as palmas e o requebro das mulatas? Percebe a beleza e a variedade do artesanato, dos colares, cangas, a magia dos orixás? Aguarde para sentir o gosto da lambreta, da feijoada, do sarapatel e das moquecas. [...]

Olhe para a direita, veja que extensão de belas as praias – Pituba, Patamares, Piatã e Itapuã – com as morenas mais faceirosas do pedaço. Respire fundo que logo vai poder ver essas beldades de muito perto, sentir o seu cheiro, provar o seu charme. [...]

Quando estiver em sua casa ou em terra, no frio, no cerrado, no pantanal ou na serra, vai sentir falta do céu, do sal e do mar, do sol forte de Salvador; vai sentir falta do cheiro, da pele e do molejo da morena. Aí, meu velho, não temos solução: para curar esse mal, só voltando à Bahia (GUIA TURÍSTICO DA BAHIA, 2008, p. 43-45).

Na seção que trata a respeito das “Festas Populares” diz-se que Salvador tem festa o ano inteiro (...) o povo não cansa de fazer folia” (Guia Turístico da Bahia, 2008, p. 49-50). E na seção sobre o “Carnaval” destaca-se que “agrada crianças, adultos e idosos de todas as classes, cores e credos” (GUIA TURÍSTICO DA BAHIA, 2008, p. 53).

Esses trechos destacados repetem todos os estereótipos relacionados à cultura afro-baiana. Uma chave que pode ajudar na compreensão da forma como isso está sedimentado no imaginário coletivo é através da análise proposta por Lilia Schawrcz (1998). O problema inicial está em que o racismo aparece de forma estabilizada e naturalizada, como se as posições sociais desiguais fossem quase um desígnio da natureza, e atitudes racistas, minoritárias e excepcionais.

A argumentação dessa autora é construída a partir do pressuposto de que, na ausência de uma política discriminatória oficial, estamos envoltos no país de uma “boa consciência”, que nega o preconceito ou o reconhece como mais brando. Este se afirma

de modo genérico e sem questionamento uma certa harmonia racial e joga-se para o plano pessoal os possíveis conflitos. E essa é, sem dúvida, uma maneira problemática de lidar com o tema, pois ora ele se torna inexistente, ora aparece na roupa de alguém outro.

Tudo isso indica que estamos diante de um tipo particular de racismo, um racismo silencioso e sem cara que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade das leis, e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação. Com efeito, em uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade, pelo paternalismo das relações e pelo clientelismo, o racismo só se afirma na intimidade. É da ordem do privado, pois não se regula pela lei, não se afirma publicamente. No entanto, depende da esfera pública para a sua explicitação, numa complicada relação de etiqueta que mistura raça com educação e com posição social econômica (SCHAWRCZ, 1998, p. 182).

Schawrcz afirma que é difícil que alguém negue que exista racismo no Brasil, mas sua prática é sempre atribuída a outro. Ela explica os mecanismos ainda mais específicos do racismo no Brasil para demonstrar que as limitações do conceito biológico e a desconstrução do seu significado histórico, não levou à abrir mão de suas implicações sociais. De um lado, o racismo persiste enquanto fenômeno social, justificado ou não por fundamentos biológicos. De outro, no caso brasileiro, a mestiçagem e a aposta no branqueamento da população geraram um racismo “à la brasileira”, que percebe antes colorações do que raças, que admite a discriminação apenas na esfera privada e difunde a universalidade das leis que impõe a desigualdade nas condições de vida, mas é assimilacionista no plano da cultura.

As especificidades da história brasileira que fez da desigualdade uma etiqueta internalizada e da discriminação um espaço não formalizado. Em primeiro lugar as teorias raciais não foram apenas introduzidas e traduzidas no país; aqui ocorreu uma releitura particular uma vez que, ao mesmo tempo em que se absorveu a idéia de que as raças significavam realidades essenciais, negou-se a noção de que a mestiçagem levava sempre à degeneração. No Brasil, apesar das teorias terem ajudado a explicar a desigualdade como inferioridade da mesma forma como no resto do mundo ocidental, por outro lado, também apostaram em uma miscigenação positiva, contanto que o resultado fosse cada vez mais branco. Nesse momento já era revelada a noção de que o embranquecimento seria uma solução para o país.

Schawrcz (1998) destaca como elementos históricos que já sinalizavam a compreensão do particular racismo brasileiro citando o fato de que o processo de abolição brasileiro carregava consigo algumas singularidades: em primeiro lugar, a crença enraizada de que o futuro levaria a uma nação branca; em segundo, o alívio decorrente de uma libertação que se fez sem lutas nem conflitos e, sobretudo, evitou distinções legais baseadas na raça. Ao contrário de outras nações, onde o passado escravocrata sempre lembrou violência e arbítrio, no Brasil a história foi reconstruída de forma positiva, mesmo encontrando pouco respaldo nos dados e documentos pregressos. Nesse contexto, em que o conflito passa para o terreno do não-dito, fica cada vez mais difícil ver no tema um problema; ao contrário, ele se modifica, nos anos 30, em matéria para exaltação.

A cultura mestiça a partir de 1930 despontava como representação oficial da nação. Afinal, como qualquer movimento nacionalista, também no Brasil a criação de símbolos nacionais nasce ambivalente: um domínio em que interesses privados assumem sentidos públicos.

O próprio discurso da identidade é fruto dessa ambigüidade que envolve concepções privadas e cenas públicas, na qual noções como povo e passado constituem elementos essenciais para a elaboração de uma nacionalidade imaginada. Nesse sentido, a narrativa oficial se serve de elementos disponíveis, como a história, a tradição, rituais formalistas e aparatosos, e por fim seleciona e idealiza um “povo” que se constitui a partir da supressão das pluralidades. É claro que todo esse processo não se dá de maneira aleatória ou meramente manipulativa (SCHAWRCZ, 1998, p. 193).

A partir das obras de Gilberto Freyre e os debates intelectuais a respeito da “democracia racial” que existiria no Brasil que se sucederam a partir deles, tudo leva a crer que, a partir dessa década, no discurso oficial “o mestiço vira nacional”, o que ocorre lado a lado com um processo de desafricanização de vários elementos culturais que são simbolicamente “clareados”, principalmente a feijoada, a capoeira e o samba. Nesse movimento de nacionalização quando uma série de símbolos vão virando mestiços, uma alentada convivência cultural miscigenada se torna modelo de igualdade racial.

O mesmo ocorre com a noção de baianidade: alguns textos dão origem e fixam este imaginário sobre a Bahia para a disponibilização objetiva de uma simbologia da

cultura baiana. Para Pinho (1998) estes são a obra de Jorge Amado e o que ele chama de “guias de baianidade”, textos que são a matriz simbólica para diversas outras representações que hoje se reproduzem. Os livros que ele chama de “guias de baianidade” são publicados desde a década de 40 como uma espécie de guia de turismo literalizado⁹.

Em 1951, a UNESCO teve o propósito de usar “o caso brasileiro” de convivência e harmonia entre as raças como material de propaganda e inspiração para outras nações menos “democráticas” e, com esse objetivo, inaugurou o programa de pesquisas sobre “a realidade racial brasileira”. Participaram diversos especialistas reconhecidos e seus estudos, na verdade, nomearam as falácias do mito: em vez de democracia surgiram indícios de discriminação, em lugar da harmonia o preconceito.

A chegada da década de 70 traz, porém, todo um movimento de contestação aos valores vigentes, que eram questionados na política oficial ou mais alternativa, na literatura, na música. Data dessa época, também, o surgimento do Movimento Negro Unificado que, ao lado de outras organizações paralelas, passava a discutir as formas tradicionais de poder.

Ao discutir o “negro” na cultura negra, Hall (2003) destaca um fato que justifica a necessidade que o turismo tem em utilizar textos como os que foram vistos aqui. O turismo lida com o apelo ao imaginário. E para esse autor, atualmente existe uma ambivalente fascinação pelas diferenças sexuais, raciais, culturais e, sobretudo, étnicas: “não há nada que o pós-modernismo global mais adore do que um certo tipo de diferença: um toque de etnicidade, um sabor do ‘exótico’” (HALL, 2003, p. 319). E o repertório da cultura negra muitas vezes é apropriado para essa finalidade, através do estilo, da música e do corpo. Esses elementos são os principais, quando se pensa a respeito das noções de sensualidade, alegria, vibração, festividade, colorido, entre outros, que são constantemente associados à “exótica cultura baiana” que precisa ser experimentada pelos turistas.

O turismo também utiliza em sua lógica de promoção os principais mecanismos da indústria do entretenimento, da comunicação e dos espetáculos populares que utilizam mecanismos poderosos de mercantilização dos estereótipos. No entanto, o popular não é formado por simples binarismos, como os guias turísticos muitas vezes representam. Por trás da história cultural de um povo existem tensões e conflitos que,

⁹ São citados como exemplos: “Bahia de Todos os Santos” de Jorge Amado (1973), “As sete portas da Bahia” de Carybé (1976), “Festas tradicionais da Bahia” de Jayme de Faria Góes (1961), “Breviário da Bahia” de Afrânio Peixoto (1945) e “Bahia, cidade feitiço” de Carlos Torres (1961).

apesar de sempre suprimidos dos textos, fazem da cidade a ser visitada não um cenário, mas uma arena de experiências cotidianas reais.

REFERÊNCIAS

- EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- GUERREIRO, Goli. A cidade imaginada: Salvador sob o olhar do turismo. In: *Revista Gestão e Planejamento*. Salvador: ano 6, n. 11, jan./jun. 2005, pp. 06-22.
- GUIA TURÍSTICO DA BAHIA. Tourist Guide of Bahia 2008/2009. Salvador: Editora Baiana, 2008.
- HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura negra? In: *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003b. pp. 317-330.
- JAMESON, Fredric. Sobre os “Estudos de Cultura”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 39, pp. 11-48, jul. 1994.
- MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios Editora, 1995.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A.; GROSSBERG, Lawrence. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- PINHO, Osmundo S. de Araujo. A Bahia no fundamental: notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Fevereiro, 1998, v. 13, n. 36. [online] Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100007&lng=en&nrm=isso. Acesso em 19 abr. 2006.
- PINTO, Roque. A Bahia reimaginada: como transformar um velho entreposto comercial em um novíssimo produtor de tradições. *Ciudad Virtual de Antropologia y Arqueologia* [online] 2001. Disponível em:
http://www.naya.org.ar/turismo/congreso/ponencias/roque_pinto.htm. Acesso em 31 abr. 2006.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Raça, Etnia, Nação. In: *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998. pp. 33-54.

SÁ, Natalia Coimbra de. A Baianidade como produto turístico: uma análise da ação dos órgãos oficiais de turismo na Bahia. In: *Anais*. Intercom: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília: UnB, 2006.

_____. *Cultura e turismo na contemporaneidade: as festas populares religiosas baianas*. Universidade Salvador (UNIFACS), 2007. (Dissertação de Mestrado).

_____. [Brasileiros vivendo no exterior: possibilidades de análise a partir dos estudos culturais](#). In: *IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 28 a 30 de maio de 2008, Faculdade de Comunicação/UFBA.

SCHAWRCZ, Lilia M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 173-244.

SOVIK, Liv. Apresentação: para ler Stuart Hall. In: HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. pp. 09-22.

ZANLORENZI, Elisete. *O mito da preguiça baiana*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), 1998. (Tese de Doutorado).